

CARTA ABERTA IPAD DE APOIO ÀS CANDIDATURAS NEGRAS PERIFERICAS

Olá, o IPAD é um centro de formação política, vinculado ao Instituto Maria e João Aleixo, dedicado a ampliar a representação do povo negro periférico no campo político. Como é sabido, as pessoas que se identificam como preta ou parda no Brasil somam 54% da população e este percentual vem crescendo a cada ano. Quando pensamos nas periferias, esse percentual aumenta ainda mais. Periferia são os territórios onde vivem a grande maioria da população, tais como as favelas, os subúrbios distantes, as comunidades urbanas, invasões, ocupações etc.

A missão do IPAD é a defesa de uma sociedade radicalmente democrática. Para ela existir, deve-se garantir a devida participação e representação dos diferentes grupos sociais nos espaços de poder institucional. No entanto, isso ainda não ocorre em nosso país. Praticamente todas as nossas instituições – tanto no âmbito do Estado, como no mundo das empresas e mesmo da Sociedade Civil, são dirigidas por um grupo social específico: homens, brancos, dominantes economicamente e conservadores, que querem manter a mesma estrutura de dominação e controle dos corpos e das necessidades da grande maioria da população, especialmente as mulheres e as pessoas negras. Eles não têm esse poder por algum mérito, mas porque, historicamente, se apropriaram da riqueza de todos e todas para seus próprios interesses. Basta lembrar da escravidão do povo preto e das tentativas de extermínio dos povos Indígenas, além da opressão histórica sobre as mulheres, para entender como esse grupo social específico conseguiu adquirir o poder e o capital que acumulam até hoje.

Por isso, a imensa maioria da população segue sendo sub-representada, especialmente no campo político. Basta olharmos para os corpos que ocupam instâncias de poder do Estado (poder executivo, legislativo e judiciário): não há quase mulheres e muito menos corpos negros e periféricos. Essa ausência faz com que questões centrais no debate da vida na cidade, que dizem respeito aos interesses fundamentais da grande maioria dos cidadãos e cidadãs, sejam secundarizadas ou mesmo invisibilizadas, tais como: o acesso de todos e todas a equipamentos e serviços urbanos – que são oferecidos especialmente nas zonas enriquecidas; o acesso à renda, garantindo-se a todos e todas uma condição básica no campo da dignidade humana; acesso à segurança pública, rompendo com a política de violência letal e de encarceramento da população negra; direito pleno à educação, cultura, meio ambiente saudável e tudo o mais. Direitos centrais para que todas as pessoas, independente de seu gênero ou condição racial, possam desenvolver suas possibilidades na vida.

A população negra periférica vem lutando há muito e muitos anos por uma vida digna na cidade; vem desenvolvendo suas potências criativas, inventivas, que permitiram a conquista do direito de viver no mundo urbano, apesar dos grupos sociais dominantes seguirem negando esses direitos. Aprendemos que eles só serão garantidos e ampliados quando tivermos nossa devida representação política. Para isso, precisamos eleger pessoas negras periféricas, que efetivamente tenham como pauta a construção da democracia para todos e todas. Você não precisa ser uma pessoa negra ou moradora da periferia para reconhecer a justiça dessa luta. E lutar por ela. E para aqueles/as que têm essa origem, são mais pertinentes ainda as razões objetivas para se envolver com essa utopia concreta.

Uma última coisa, muito importante: não basta eleger pessoas com esse perfil. Afinal, sabemos que muitas pessoas negras e/ou das periferias esquecem suas origens e preferem se beneficiar da ordem atual, se aliando com os grupos sociais dominantes para conseguir benefícios pessoais, mesmo que isso prejudique a maioria da população. Logo, apoiamos candidaturas que tem absoluto compromisso com a agenda democrática e de assumirem os interesses da população negra periférica como seu compromisso maior em sua caminhada política.

Os pontos centrais da agenda democrática, negra e periférica são os seguintes:

1. Construir políticas antirracistas e de gênero para a cidade, especialmente para a população periférica;
2. Agir em suas práticas políticas a partir de princípios como Transparência, Defesa da Participação e a Pedagogia da Convivência(1) como mecanismos de transformação política e forma de enfrentamento à corrupção.
3. Trabalhar para ampliar a oferta de equipamentos e serviços públicos para as periferias;
4. Assumir o compromisso de construção da Lei de Responsabilidade Social(2) do gestor/a público/a;
5. Fortalecer as instituições públicas, lutando pela afirmação de princípios republicanos e de garantia do Estado Democrático de Direito;
6. Criar estratégias e ações que contribuam para a participação das pessoas das periferias nas tomadas de decisões sobre as políticas públicas efetivadas nessas periferias;
7. Lutar para que os partidos e demais instituições políticas da sociedade reservem os devidos recursos financeiros e humanos necessários para viabilizar candidatura e mandato de pessoas negras periféricas;
8. Pressionar para que os partidos e demais instituições políticas da sociedade viabilizem os meios para a ampliação da presença de pessoas negras nos órgãos decisórios do Estado e das Empresas privadas;



1. Alinhada às práticas sociais necessárias para a sobrevivência da democracia proposta por Giroux (2012), a “pedagogia da convivência” deve abranger práticas existenciais e de vida na cidade, as quais criem condições para produzir cidadãos dispostos a viver e experienciar a vida na cidade sob os princípios da solidariedade, fraternidade e respeito às diferenças.

2 Assim como a Lei de Responsabilidade Fiscal, que hoje é reconhecida como importante avanço da democracia, a criação da Lei de Responsabilidade Social compromete o mandato do prefeito/a com a necessidade de apresentar relevantes impactos nos indicadores sociais que representam as demandas da população, especialmente da população periférica.

